

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o recrutamento do posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior – Berlenga Serviço de Sustentabilidade e Transição Energética | Divisão de Energia e Ambiente | Departamento de Desenvolvimento Territorial

Processo n.º 40/02-001/2026

Ata n.º 01

Definição de critérios

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas, reuniu, via conferência telemática, o júri do procedimento em epígrafe, na sequência da Deliberação n.º 28/2026, de 23 de janeiro da Câmara Municipal que concede autorização para abertura e do Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 18 de março de 2026 que determina a abertura e composição de júri do presente procedimento concursal, estando presente os seguintes elementos:

Presidente: Sérgio Miguel Franco Martins Leandro | Diretor da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM) do Instituto Politécnico de Leiria;-----

1.ª Vogal efetiva: Josselène Cristina Oliveira Nunes Teodoro | Diretora do Departamento de Administração Geral e Desenvolvimento Social, em regime de substituição; -----

2.º Vogal efetivo: Rodolfo Costa Veríssimo | Diretor do Departamento de Desenvolvimento Territorial, em regime de substituição.-----

Em caso de ausência ou impedimento do Presidente do Júri será substituído pela 1.ª vogal efetiva, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 8.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, (doravante designada por Portaria) e do ponto 2.1 da Parte II do Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

A reunião do júri teve como finalidade deliberar sobre os seguintes assuntos:-----

1. Definição dos métodos de seleção, de parâmetros de avaliação, respetiva ponderação, grelha classificativa e sistema de valoração final;-----

2. Critérios de ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada como preferencial;-----

3. Exclusão dos candidatos que não compareçam para aplicação de método de seleção. -----

Assim, considerando que: -----

Nos termos do estabelecido no artigo 17.º da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (doravante designada LTFP) os candidatos deverão cumprir, rigorosamente e cumulativamente, os requisitos gerais e específicos até à data-limite para apresentação das candidaturas, sob pena de exclusão, a saber: -----

a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção especial ou lei especial;-----

b) 18 anos de idade completos;-----

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar; -----

- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;-----
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.-----

Não podem ser admitidos candidatos cumulativamente integrados na carreira, titulares da categoria e que executem a atividade caracterizadora dos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento e que, não se encontrando em mobilidade interna, exerçam funções no próprio órgão ou serviço. -----

O **nível habilitacional** exigido para o presente procedimento concursal, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 1 do artigo 34.º da LTFP conjugado com o anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do mesmo diploma, é licenciatura ou grau académico superior, sem possibilidade de substituição por formação ou experiência profissional. -----

De acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria, a área de educação e formação académica é Licenciatura nas áreas de Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF), aprovada pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, em: 0311 - Economia; 0413 - Gestão e administração; 0511 - Biologia; 0521 - Ciências do ambiente; 0522 - Ambientes naturais e vida selvagem; 0712 - Tecnologia de proteção do ambiente e 1015 - Viagens, Turismo e Lazer.-----

1. Definição dos métodos de seleção-----

1.1 Nos termos do disposto nos números 1 a 3 do artigo 36.º da LTFP e no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril (doravante designada por Portaria), os métodos de seleção obrigatórios a utilizar no presente procedimento concursal são os seguintes:-----

- a) Aos candidatos que reúnam as condições referidas no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP (candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa e candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade) serão aplicados os métodos de seleção **Avaliação Curricular** e **Entrevista de Avaliação de Competências**; -----
- b) Aos restantes candidatos e aos referidos na alínea anterior que, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, tenham afastado por declaração escrita os métodos de seleção Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências serão aplicados os métodos de seleção obrigatórios **Prova de Conhecimentos** e **Avaliação Psicológica**.-----

2. A aplicação dos métodos de seleção pressupõe, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º e com o n.º 1 do artigo 18.º da Portaria, um perfil de competências previamente definido para o posto de trabalho a ocupar, o qual consta do Anexo 01 à presente ata, fazendo parte integrante.

3. De acordo com o ponto 11.1 da Parte II do Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 18 de março de 2026, a utilização dos métodos de seleção será faseada, da seguinte forma:-----

- a) Aplicação, num primeiro momento, à totalidade dos candidatos, apenas do primeiro método de seleção obrigatório (Avaliação Curricular ou Prova de Conhecimentos); -----
- b) Aplicação do segundo método de seleção (Entrevista de Avaliação de Competências ou Avaliação Psicológica) a apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de 5 candidatos, por ordem decrescente de classificação, até à satisfação das necessidades dos serviços; -----
- c) Dispensa de aplicação do segundo método aos restantes candidatos, que se consideram excluídos, sem prejuízo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º da Portaria.-----

O Júri, ponderando o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes aos postos de trabalho a ocupar, relativamente aos parâmetros de avaliação deliberou, o seguinte: -----

4. Definição dos parâmetros de avaliação, respetiva ponderação, grelha classificativa e sistema de valoração final -----

4.1 A **Avaliação Curricular (AC)** visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho. A valoração da Avaliação Curricular resultará da ponderação dos seguintes parâmetros: -----

4.1.1 Habilitação académica (HA) ou nível de qualificação superior, devidamente certificado pelas entidades competentes. A valoração da HA será atribuída de acordo com o seguinte: -----

Licenciatura – 14 Valores; -----

Mestrado – 16 valores; -----

Doutoramento – 20 valores. -----

4.1.2 Formação profissional (FP), em que se considerarão as ações de formação que respeitem as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao posto de trabalho a preencher, ou seja, as ações de formação de aperfeiçoamento, aquisição de competências ou de especialização e diretamente relevantes para o desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho concursado, desde que devidamente comprovadas mediante apresentação de cópia do respetivo certificado. -----

A formação profissional será valorada até ao máximo de 20 valores, de acordo com as seguintes pontuações: -----

Sem ações de formação – 8 valores; -----

Formação profissional >1 hora e <7 horas – 10 valores; -----

Formação profissional ≥7 horas e <21 horas – 12 valores; -----

Formação profissional ≥21 horas e <90 horas – 14 valores; -----

Formação profissional ≥90 horas e <180 horas – 16 valores; -----

Formação profissional ≥180 horas e <280 horas – 18 valores; -----

Formação profissional ≥280 horas – 20 valores. -----

O júri deliberou considerar apenas os certificados de ações de formação onde conste o número de horas e caso exista discrepância no documento comprovativo da conclusão da formação profissional entre o número total de horas de formação e o número de horas efetivamente assistidas será contabilizado este último. -----

4.1.3 Experiência profissional (EP), em que se ponderará o desempenho efetivo e devidamente comprovado de funções na área de atividade para que o procedimento é aberto, avaliando-se a relevância das funções/atividades já exercidas para o desempenho das funções caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar. Considerar-se-á desempenho devidamente comprovado aquele que seja atestado por documento idóneo que refira expressamente o período de duração da experiência profissional e contenha a discriminação das funções efetivamente exercidas. -----

A experiência profissional na área, considerada e ponderada sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas: -----

Sem experiência profissional – 8 valores;-----
Experiência profissional <1 ano – 10 Valores;-----
Experiência profissional ≥1 ano e <3 anos – 12 valores; -----
Experiência profissional ≥3 ano e <5 anos – 14 valores; -----
Experiência profissional ≥5 ano e <7 anos – 16 valores; -----
Experiência profissional ≥7 ano e <9 anos – 18 valores; -----
Experiência profissional ≥9 anos – 20 valores.-----

4.1.4 Avaliação de Desempenho (AD), em que serão consideradas as menções de avaliação de desempenho referentes ao último período de desempenho de funções idênticas às do posto de trabalho a ocupar. -----

Às menções qualitativas obtidas pela avaliação do desempenho ao abrigo da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, será atribuída a seguinte valorização: -----

Desempenho Inadequado – 8 valores; -----
Desempenho Regular – 12 valores; -----
Desempenho Bom – 14 valores; -----
Desempenho Muito Bom – 16 valores; -----
Desempenho Excelente – 20 valores. -----

Para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 20.º da Portaria, o júri deliberou atribuir o valor positivo correspondente a 12 (doze) valores, do enunciado anteriormente, conforme a legislação em vigor, aos candidatos que, por razões que não lhes sejam imputáveis, não possuam avaliação de desempenho relativa ao período a considerar. -----

4.1.5 A classificação da Avaliação Curricular (AC), será expressa na escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula: -----

$$AC = (HA + FP + 2EP + AD)/5$$

Para candidatos que nunca tenham sido avaliados pelo Sistema de Avaliação de Desempenho em vigor na Administração Pública, a fórmula da Avaliação Curricular é a seguinte: -----

$$AC = (HAB + FP + 2EP) / 4$$

5. A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Este método de seleção basear-se-á num guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências definido no Anexo 01 à presente ata e presença ou ausência das competências que integram aquele perfil. Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º da Portaria, será avaliada numa escala de 0 a 20 valores -----

O modelo de guião da entrevista e a grelha de avaliação que traduz a presença ou a ausência dos comportamentos a analisar, são os que se encontram em uso na entidade pública ou privada que irá proceder à aplicação do método de seleção.-----

5.1. As competências serão avaliadas da seguinte forma:-----

Detém um nível elevado da competência – 17 a 20 valores; -----

Detém um nível bom da competência – 13 a 16 valores; -----

Detém um nível suficiente da competência – 9 a 12 valores; -----

Detém um nível reduzido da competência – 5 a 8 valores; -----

Detém um nível insuficiente da competência – 0 a 4 valores. -----

A classificação da Entrevista de Avaliação de Competências resulta da média aritmética simples das classificações das competências avaliadas. -----

6. A Prova de Conhecimentos (PC) visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa.-----

6.1 A **prova de conhecimentos** revestirá a forma escrita, de natureza teórica, de carácter geral e específico, e será efetuada em suporte de papel, com duração de 90 minutos, com 30 minutos de tolerância. A prova é de realização individual, com correção realizada sob anonimato. Para efeitos da garantia do anonimato, cada candidato será identificado com um talão numerado, que identificará a sua prova de conhecimentos, assegurando a confidencialidade da correspondência entre esta e a identidade do candidato até momento posterior à correção das provas. Esta confidencialidade será assegurada através de guarda, no Núcleo Capital Humano, em envelope fechado e lacrado na presença dos candidatos, dos elementos que permitem a verificação de tal correspondência. A prova de conhecimentos tem carácter eliminatório do procedimento para os candidatos que obtiverem valorização inferior a 9,50 valores ou desistam da sua realização. A prova de conhecimentos será valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas. -----

6.2 A **prova de conhecimentos (PC)** visa avaliar conhecimentos académicos e/ou profissionais e capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o conhecimento adequado da língua portuguesa. -----

A Prova de Conhecimentos (PC) revestirá a forma escrita, de natureza teórica, de carácter geral e específico, e será efetuada em suporte de papel, com duração de 90 minutos, com 15 minutos de tolerância. A prova é de realização individual, com correção realizada sob anonimato, e tem carácter eliminatório do procedimento para os candidatos que obtiverem valorização inferior a 9,50 valores. ----

A prova será valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas.

A prova de conhecimentos escrita será composta por questões de desenvolvimento, questões de escolha múltipla e questões diretas. Será garantido o anonimato dos candidatos para efeitos da correção da PCE e esta consiste na resolução de dez perguntas, com a seguinte cotação: -----

- a) Cada resposta correta à Questão Direta será classificada com 1 valor;-----
- b) Cada resposta correta à Questão de Escolha Múltipla será classificada com 2 valores; -----
- c) Cada resposta correta à Questão de Desenvolvimento será classificada com 4,5 valores; -----
- d) Correção gramatical e ortográfica com 1 valor;-----
- e) A ausência de resposta a uma pergunta corresponderá à atribuição de 0 valores nessa pergunta. -----

A prova de conhecimentos versará sobre os temas e/ou legislação que a seguir se discriminam: -----

Temas: -----

- Procedimento administrativo;-----
- Regime jurídico das autarquias locais; -----
- Regime jurídico de trabalho em funções públicas;-----
- Avaliação de desempenho dos trabalhadores em funções públicas; -----
- Plano de Ordenamento, modelo e mecanismos de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas e outros instrumentos de conservação da natureza, incluindo mecanismos de controlo e fiscalização da capacidade de carga e de regulação do acesso à sua área terrestre;-----
- Programas, mecanismos e instrumentos de cofinanciamento nacional e comunitário, como o Fundo Ambiental, o Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade, o Programa Centro 2030 e Programas da Comissão Europeia;-----

A legislação ou bibliografia necessária para realização da prova:-----

- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual;-----
 - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo; ----
 - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na redação vigente; -----
 - Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, na redação atual - Sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP); -----
 - Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2008;-----
- Portaria n.º 355/2019, de 22 de maio, que fixa a capacidade de carga humana na área terrestre da ilha da Berlenga; -----
- Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas;
 - Portaria n.º 30/2021, de 10 de fevereiro, que determina as condições de acesso à área terrestre da ilha da Berlenga, respetivo modelo de gestão e mecanismos de controlo e fiscalização;-----
 - Despacho n.º 4430/2021, de 30 de abril, que determina a composição da comissão de cogestão da Reserva Natural das Berlengas, alterado pelo Despacho n.º 2971/2024, de 20 de março;-----
 - Portaria n.º 19/2022 de 5 de janeiro, que fixa o valor da taxa devida pelo acesso à área terrestre da ilha da Berlenga; -----
 - Portaria n.º 103-A/2026/1, de 3 de março, que aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Arquipélago da Berlenga (PTCON0006); -----
 - Regulamento de Funcionamento da Comissão de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas, disponível em: <https://www.icnf.pt/cogestao/cgreservanaturaldasberlengas> -----

Os candidatos devem considerar todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas à legislação, até à data da realização da prova de conhecimentos. -----

É permitida a consulta da legislação/bibliografia. Os documentos podem estar sublinhados e/ou com folhas de notas adesivas, de várias formas e cores, que funcionam como marcadores. Permite-se, ainda, a elaboração de um índice por diploma legal ou regulamento.-----

Não é autorizada a utilização de quaisquer ferramentas de natureza eletrónica (exemplos: telemóvel, iPad, computador portátil, leitores/gravadores digitais) de qualquer natureza ou outros não especificados.-----

As provas serão imediatamente anuladas aos candidatos que tenham na sua posse documentos que não se encontrem de acordo com as regras definidas. -----

A falta de comparência na prestação da prova de conhecimentos equivale à exclusão do procedimento concursal.-----

7. A Avaliação Psicológica (AP) destina-se a avaliar aptidões, características de personalidade e/ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente, podendo comportar uma ou mais fases. -----

O modelo de ficha individual e os níveis de graduação de cada uma das aptidões e ou competências comportamentais a avaliar, são os que se encontram em uso na entidade pública ou privada que irá proceder à aplicação o método de seleção. -----

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Portaria a Avaliação Psicológica será valorada através das menções classificativas de Apto e Não Apto, sem expressão na fórmula de classificação final dos métodos. -----

É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido um juízo de *Não Apto* num dos métodos de seleção ou numa das suas fases, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 21.º da Portaria. -----

8. Sistema de valoração final: a ordenação final dos candidatos que completem o presente procedimento concursal, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, será efetuada por ordem decrescente de classificação na escala classificativa de 0 a 20 valores, através da aplicação de uma das seguintes fórmulas:-----

a) Candidatos a que foram aplicados os métodos de seleção Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC): -----

$$OF = (AC*60\%) + (EAC*40\%)$$

b) Candidatos a que foram aplicados os métodos de seleção Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação Psicológica (AP): -----

$$OF = PC \ 100\% + AP \ Apto$$

Em todos os cálculos efetuados no âmbito das fórmulas apresentadas, bem como na apresentação da ordenação final, serão utilizados, valores centesimais nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Portaria.-

9. Quanto aos critérios de ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada como preferencial, o júri deliberou que, caso subsista igualdade de valoração, após a aplicação dos critérios de ordenação preferencial previstos nos números 1 e 2 do artigo 24.º da Portaria, serão utilizados os seguintes critérios: -----

a) Nota final obtida no nível de escolaridade exigido para o posto de trabalho (licenciatura); -----

b) Experiência profissional relevante para o desempenho do posto de trabalho (número de anos);-----

c) Formação profissional relevante para o desempenho do posto de trabalho (número de horas). ----

10. Exclusão dos candidatos -----

O júri deliberou que serão excluídos do procedimento os candidatos que não compareçam ou que desistam da aplicação de método de seleção. Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Portaria, cada

um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que comportem, é eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,50 valores num dos métodos ou fases, não lhes sendo aplicável o método ou fase seguinte, ou que tenha obtido um juízo de Não Apto num dos métodos de seleção ou numa das suas fases. -----

11. Notificações aos candidatos -----

11.1. As notificações aos candidatos serão realizadas nos termos do artigo 6.º da Portaria e serão notificados do ato de homologação da lista de ordenação final, incluindo os que tenham sido excluídos, no decurso da aplicação dos métodos de seleção. -----

11.2. **Audiência de interessados** - Para efeitos do determinado no n.º 4 do artigo 16.º e do artigo 25.º ambos da Portaria, os candidatos devem usar obrigatoriamente a Plataforma de Gestão de Procedimentos Concurrais da Câmara Municipal de Peniche (<https://recrutamento.cm-peniche.pt/>).

Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada pelos elementos do júri presentes. -----

O Júri do Procedimento Concursal,

O Presidente,

A 1.ª Vogal efetiva,

O 2.º Vogal efetivo,